



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. CHICO ALENCAR)

Altera a Lei nº 13.959, de 4 de dezembro de 2019, para dispor sobre a realização das provas do Revalida em todas as capitais do país, limitar o valor da taxa da segunda etapa e prever isenção ou desconto para candidatos em situação de vulnerabilidade econômica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º e o inciso III do § 5º do art. 2º da Lei nº 13.959, de 4 de dezembro de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§ 4º O Revalida será aplicado quadrimestralmente, na forma de edital a ser publicado em até 60 (sessenta) dias antes da realização do exame escrito, e deverá ser ofertado em todas as capitais das unidades federativas, observado o número mínimo de candidatos por localidade e os critérios de viabilidade técnica estabelecidos em regulamento.

§ 5º (...)

III – o valor cobrado para a realização da segunda etapa do exame será limitado ao equivalente a 30% (trinta por cento) do valor mensal da bolsa vigente do médico-residente, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, devendo ser assegurada a isenção parcial desse valor para os candidatos que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos do regulamento.” (NR)



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo tornar o processo de revalidação de diplomas médicos expedidos no exterior (Revalida) mais acessível, justo e descentralizado, contribuindo para a promoção da equidade no acesso à profissão médica no Brasil. A atual estrutura do exame impõe barreiras econômicas significativas para candidatos em situação de vulnerabilidade, o que se revela incompatível com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da eficiência administrativa.

A cobrança de taxas elevadas, especialmente na segunda etapa do exame, cujo valor pode ultrapassar cinco mil reais, inviabiliza a participação de muitos profissionais qualificados que não dispõem de recursos suficientes para arcar com esse custo. Soma-se a isso o fato de que o exame não é realizado em todas as capitais, obrigando diversos candidatos a despesas adicionais com deslocamento, hospedagem e alimentação, o que agrava as desigualdades regionais e sociais.

Diante desse cenário, o projeto propõe que o valor cobrado na segunda etapa do Revalida seja limitado a 30% do valor da bolsa vigente de residência médica, nos termos da Lei nº 6.932, de 1981, criando um teto proporcional à realidade econômica dos candidatos. Além disso, determina-se que as provas sejam aplicadas em todas as capitais do país, ampliando o alcance territorial do exame e garantindo que candidatos de diferentes regiões possam participar em condições mais equitativas.

Por fim, o projeto prevê a possibilidade de isenção total ou parcial das taxas para candidatos em comprovada situação de vulnerabilidade econômica, a ser regulamentada pelo Poder Executivo, de modo a assegurar que o processo de revalidação seja pautado pelos princípios da justiça social e do interesse público. Muitos dos profissionais que buscam o Revalida têm o desejo de retornar ao país para contribuir com o Sistema Único de Saúde, especialmente em áreas onde há maior carência de médicos. Facilitar esse retorno é uma medida que reforça o compromisso do Estado com a saúde pública, a valorização da formação médica e a inclusão social.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta iniciativa legislativa, que visa ampliar o acesso, reduzir desigualdades e fortalecer o SUS.



Sala das Sessões, em 26 de maio 2025.



**Deputado Chico Alencar
(PSOL - RJ)**

